

apropos

[Perspektiven auf die Romania]

Sprache/Literatur/Kultur/Geschichte/Ideen/Politik/Gesellschaft

Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil)
Combatendo o apagamento toponímico

Patricia Carvalhinhos

apropos [Perspektiven auf die Romania]

hosted by Hamburg University Press

2022, 8

pp. 14-30

ISSN: 2627-3446

Online

<https://journals.sub.uni-hamburg.de/apropos/article/view/1928>

Zitierweise

Carvalhinhos, Patricia. 2022. „Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil) Combatendo o apagamento toponímico.“ *apropos* [Perspektiven auf die Romania] 8/2022, 14-30.

doi: <https://doi.org/10.15460/apropos.8.1928>

Except where otherwise noted, this article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license (CC BY 4.0)



Patricia Carvalhinhos

Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil)

Combatendo o apagamento toponímico

Patricia Carvalhinhos

é docente da Universidade de São Paulo (USP, Brasil), atuando na área de Línguas Indígenas do Brasil, ministrando disciplinas de Toponímia. patricia.carv@usp.br

Palavras-chave

São Paulo – toponímia urbana – memória toponímica – apagamento

«La lutte de l’homme contre le pouvoir est la lutte de la mémoire contre l’oubli».
(Kundera, Milan. 1978. *Le livre du rire et de l’oubli*. Trad. François Kérel. Paris : Éditions Gallimard)

1. Topoamnésia

Dizer que a luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento, palavras que Kundera pronuncia por meio de Mirek, é também retratar a batalha que muitos lugares enfrentam para manterem seus nomes. Embora sendo (ou justamente por ser) fonte de poder, o nome sofre com o poder constituído. O denominador individual outorgado pela coletividade, o político, na maior parte das vezes não possui o discernimento necessário para enxergar o topônimo como um elemento ou patrimônio imaterial da cultura.

Azaryahu menciona níveis conotativo e denotativo presentes na decodificação de nomes de lugares, o primeiro relacionado à intenção de homenagem e o segundo ligado ao fim utilitário do topônimo (cf. Azaryahu 2009, 321). Há um paradoxo, de certo modo, que se instala quando, imbuído de seu valor conotativo no ato de substituição, um topônimo é esvaziado pelo próprio denominador – em geral, um político em posição de representação popular – ao ser tomado como um elemento vazio, de troca, denotativo.

Tal sequência de ações acaba por incorrer, muitas vezes, em *damnatio memoriae*. Traçando um paralelo com o direito romano antigo, o topônimo substituído é proscrito e apagado da memória. A falta de políticas públicas que tratem a nomenclatura geográfica em geral como patrimônio imaterial conduz a esse tipo de fato, o apagamento do topônimo, proporcionado por substituições variadas não apenas na toponímia das grandes cidades, mas também nas áreas mais rurais. A

resistência do povo à troca de nomes de lugares, seja por um sentimento topofílico ou por mera revolta, não costuma dar frutos (salvo algumas exceções), já que o topônimo é visto como algo menor, pouco importante.

Assim, as novas gerações deixam de participar da memória toponímica e as gerações que conviveram com os nomes de lugares substituídos são acometidas, pouco a pouco, de uma certa topoamnésia. Eu me permito criar pontualmente esse neologismo terminológico para fazer um paralelo com o que se conhece por *amnésia topográfica*, descrita por McCarty, Evans e Hodges (1996, 318) como

Topographical amnesia is a disorder of finding one's way around familiar environments and in learning to navigate in new environments. Two major subdivisions of the disorder have been postulated—namely, a primary disorder of spatial memory and a failure to recognize places. (McCarty, Evans e Hodges 1996, 318)

Analogizando topoamnésia com amnésia topográfica, o habitante que vivencia a substituição de um topônimo sofre os efeitos dessa troca. Em um momento imediato à mudança, a desorientação causada pela substituição faz com que surjam topônimos espontâneos e paralelos ao sistema oficial. Esse recurso cede lugar, aos poucos, à aceitação do novo topônimo, o qual passa a ser o único nome conhecido pela geração futura. E aí surge a topoamnésia ou o inevitável esquecimento de um topônimo em decorrência de seu apagamento por instâncias políticas ou administrativas. É inevitável, insopitável e o topônimo substituído passa por um processo de apagamento paulatino até tornar-se invisível, como se nunca houvesse existido.

O objetivo central deste artigo é, sem dúvida, estabelecer no Brasil o estatuto do topônimo como monumento e como patrimônio imaterial. Nosso objeto, alguns topônimos de um imenso elenco de nomes geográficos, situa-se em São Paulo, cidade de extensão territorial relativamente pequena que comporta em média 65.000 logradouros e está entre as mais populosas do mundo¹. Um dos muitos ônus desse gigantismo é a maior frequência de antropônimos nomeando seus logradouros, já que a categoria do nome pessoal é mais elástica que as demais, sendo uma fonte de combinatórias praticamente inesgotável. No século XXI, sua toponímia aparentemente assentada sofre mudanças constantes para atender a interesses de natureza política ou econômica, entre outros.

Para tanto, analisamos alguns casos já documentados de substituições toponímicas que acarretaram apagamento de memória, quase todos eles na região central da cidade: Itororó, Ponte Pequena, Piques. A análise é permeada por olhares vinculados à Toponímia Crítica, bem como à defesa do conceito de topônimo-patrimônio. Além disso, analogiza-se a perda da memória toponímica com o

¹ População estimada, em 2020, 12.325.232 pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Sua expansão territorial e o conseqüente aumento do adensamento populacional (7.398,26 habitantes por quilômetro quadrado) ocorreu em ritmo acelerado a partir da segunda metade do século XIX, decorridos trezentos anos de sua fundação.

conceito de desmonumentalização². Os resultados documentados evidenciam que, em certos casos, há um apagamento parcial que ocorre de modo parcelado, obliterando pouco a pouco a memória, caracterizando um *damnatio memoriae*.

2. Esquecimento e Toponímia Crítica

A multidimensionalidade do nome de lugar dá azo a uma igual multidimensionalidade dos tipos de abordagem, seja do fenômeno puramente linguístico em inúmeros desdobramentos, seja da dimensão extralinguística impressa nos topônimos. Vários textos são mencionados por Rose-Redwood, Alderman e Azaryahu (2009) nessa crítica à abordagem puramente linguística, mas optamos por Zelinsky (1997 e 2002) para engrenar a discussão. Nos dois textos mencionados, Zelinsky aponta e lamenta a ausência de teorias do nome próprio e da conjugação dessa perspectiva com o que denomina «A Sociologia da Onomástica» (cf. Zelinsky 2002, 246).

Vários artigos dispersos vêm suprindo essa lacuna, e entre muitos autores expressivos que discutem a questão teórica do nome próprio podemos citar Coates (2017). A última grande publicação da área, organizada e editada por Hough, 2016, reúne algumas produções que contradizem a realidade exposta por Zelinsky quase duas décadas antes, sobretudo as que compõem a primeira parte da obra, assinadas por Van Langendonk e Van de Velde, Nyström e De Stefani.

Se, por um lado, ainda é muito frequente encontrar análises puramente linguísticas de nomes de lugares – embora cada vez mais se busque uma perspectiva interdisciplinar –, por outro o olhar proposto pela Toponímia Crítica proporciona ferramentas ao onomasticista que deseja trabalhar sobretudo com o meio urbano, já que uma das grandes críticas é a inadequação do estudo apenas linguístico quando o que está em jogo é o modo de denominar, ou a motivação do nome, por questões políticas e ideológicas.

A língua, nesse tipo de denominação, não é cunhada pela fala e depois oficializada: advém de um poder construído que dela se vale como instrumento para exercer o poder. Elencos específicos de topônimos nessas condições assumem características expressivas de posições ideológicas e contribuem para o apagamento de posições contrárias, impondo visões a gerações futuras e erradicando histórias passadas, como já temos analisado em artigos anteriores (cf. Carvalhinhos, Lima-Hernandes e Lima 2018). A literatura está recheada de relatos e análises sobre tal instrumentalização dos topônimos em momentos de novos regimes políticos (cf. Light, Nicolae e Siditu 2002; Palonen 2008; ou Mácha, Lassak e Kritička 2018), em períodos de invasão bélica ou pós-guerra (cf. Azaryahu 2012), ou mesmo de inscrição dos nomes de lugares como agentes de políticas econômicas neoliberais

² O conceito aparece inicialmente ligado à derrubada de monumentos no ato de mudança política ou ideológica. A primeira ocorrência parece ter aparecido ainda nos anos 1980 (cf. International Bretch Society 1980). Estendeu-se, mais tarde, a outros campos.

(cf, Rose-Redwood, Sotoudehnia e Tretter 2019; Madden 2017; Light & Young 2015).

Uma análise global do topônimo não exclui a dimensão extralinguística, e por isso o toponimista precisa de ambas as dimensões, a linguística e a extralinguística, para que sua análise seja mais fidedigna à multidimensionalidade do topônimo. No caso específico que aqui tratamos, a cidade de São Paulo, sua toponímia urbana sincrônica necessita da visão da Toponímia Crítica no que concerne ao estudo de sua hodonímia, sobretudo, mas de modo geral aos equipamentos urbanos. Por sua vez, a microtoponímia referente à hidronímia reage muito bem à análise linguística tradicional que, no Brasil, segue a linha mais estruturalista das taxonomias toponímicas e envereda, muitas vezes, pela recuperação etimológica essencial na interpretação e análise dos nomes de lugares nativos.

Como veremos adiante, no item 5, o apagamento de memória na toponímia paulistana oscila entre dois eixos. Um deles ocorre pelo apagamento do elemento genérico (seja por ocultação, obliteração ou erradicação) e, conseqüentemente, do elemento específico que o identificava. É o caso de inúmeros hidrônimos, um dos quais reportaremos adiante, Itororó. O outro eixo ligado ao apagamento toponímico estrutura-se em razões políticas, econômicas ou ambas, e já vem sendo estudado por nós nos últimos anos (cf. Carvalhinhos, Lima-Hernandes e Lima, 2018; Carvalhinhos e Lima Hernandez, 2022) e por outros autores (cf. Jayo e Lima, 2021). O exemplo que escolhemos para análise é o topônimo Ponte Pequena.

Seja por qual motivo for, a erradicação de um topônimo por meio da substituição total ou apenas pela substituição de seu elemento específico interfere na memória toponímica de um local. A falta de políticas públicas que preservem os nomes de lugares, nomeadamente no Brasil mas não exclusiva desse país, corrobora para que não se discirna o topônimo como um elemento cultural a ser preservado, seja como documento resultante de uma era histórica ou como monumento, características que detalhamos a seguir.

3. O topônimo-monumento: patrimônio intangível

A equação proposta no título deste item 3 parece muito simples e acabada (topônimo = monumento = patrimônio imaterial), mas a multidimensionalidade inerente ao nome de lugar nos conduz a algumas ponderações de interesse no concernente à materialidade ou imaterialidade do topônimo. A discussão faz-se oportuna à medida que consideramos, junto com Helleland (2018) e todo o grupo de peritos do United Nation Group of Experts on Geographical Names (UNGEGN), o topônimo como patrimônio imaterial ou intangível.

Analisemos, inicialmente, a definição de multidimensionalidade do topônimo proposta por Richard (2009, 3), em que o nome de lugar é comparado a uma figura geométrica, o hipercubo. Trata-se de uma figura fechada que remete simultaneamente ao quadrado e ao cubo, o primeiro no espaço bidimensional e o segundo no tridimensional. É, portanto, uma figura n dimensional extremamente complexa. Pode-se dizer que é impossível apreender todas as faces de um

hipercubo, justamente porque se situam em múltiplas dimensões espaciais. E é neste sentido que Richard (2009, 3) compara a complexidade do topônimo à de um hipercubo, pois em ambos não é possível apreender de imediato seus múltiplos significados e interpretá-los como um todo sem que várias facetas sejam analisadas:

The toponym of a place is therefore a linguistic flag that represents usually quite disparate concrete, abstract or fictional information attached to a geographic feature. This body of memory, which is highly complex but is, paradoxically, often expressed in a single word, may be compared to such a multidimensional figure as a hypercube, which cannot be grasped in its totality. Those who believe they see it or understand it actually perceive or know only a part. (Richard 2009, 3)

O referido artigo trata do *espírito* do lugar, antigo conceito hoje interpretado por Richard como a memória individual ou coletiva que se relaciona com os nomes geográficos.

[...] the meaning now derives from a «presence in the place» of another type: the presence of human endeavor in all its forms, in every place, through memory in the form of personal recollections (intact, inaccurate, embellished, distorted or recovered) or of facts related by profane or sacred history, local history or simple anecdotes told by individuals and families. (Richard 2009, 2)

Ou seja, a memória do lugar é a memória do que o nome carrega em seu significado, sejam referências aos fatos ambientais, sociais, culturais ou mesmo psíquicos ali guardados e que podem ser revelados ou perdidos, pois, segundo ele, «certas práticas afetam a integridade da memória dentro dos nomes de lugares» (Richard 2009, 1).

Retomemos, pois, a multidimensionalidade do topônimo. Em uma dessas dimensões, ele é um objeto linguístico sujeito a todas as regras e vicissitudes do universo de discurso que o engendrou, e, assim, é resultante linguística de um processo de codificação. Sua materialidade fônica é fugaz e só se mantém com a repetição do processo e é por isso que se não houver um registro e o topônimo desaparecer do discurso ele será apagado para sempre, como o que sói acontecer em grupos ágrafos. Contudo, se o nome for perpetuado na oralidade pelo próprio grupo ou por outros – como é o caso de muitos hidrônimos litorâneos brasileiros que datam do período pré-cabralino –, haverá boas chances de preservação póstuma em registros escritos ou cartográficos, um outro tipo de materialidade.

Podemos considerar esse outro tipo de materialidade quando o nome de lugar passa a integrar registros escritos, em que sua representação ganha nova força para perpetuar-se. Seja na oralidade ou na escrita, essa dimensão linguística do topônimo o inscreve na categoria de «patrimônio imaterial», já que é parte da própria língua.

Helleland (2018) expõe três pontos que, em sua opinião, inscrevem os nomes geográficos como parte importante da herança cultural, havendo, previamente, afirmado que os mesmos são parte da língua e, portanto, também pertencem ao patrimônio imaterial. Para o autor, o primeiro ponto diz respeito à memória dos lugares e mesmo dos denominadores contida nos topônimos. O segundo relaciona-

se à conexão semântica entre os topônimos e sua «cena», ou seja, circunstâncias e motivos de criação. Por último, por serem janelas para o passado permitem que o seu material linguístico, em geral conservador, seja de grande utilidade para estudos gerais de língua (sejam filológicos, etimológicos, de história interna e externa, entre outros). Isto posto, Helleland (2018, 22-2) recorda-nos que desde 2003 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) propiciou olhares mais detidos à questão da herança cultural da humanidade com a Convenção para a Salvaguarda da Herança Cultural Imaterial (*Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*), mencionando, ainda, vários outros eventos mais específicos no que concerne aos nomes de lugares.

Outrossim, o referido autor relembra que o topônimo merece o título do mais antigo dado cultural passado de geração a geração (cf. Helleland 2018, 22-2), mencionando especificamente a toponímia oral transmitida desde a Antiguidade e conservada até os dias atuais em elementos como hidrônimos e orônimos. Durante sua exposição, toca em um ponto de relevância: o como a salvaguarda dos nomes geográficos só pode ser feita mediante políticas públicas de proteção ao patrimônio – neste caso, imaterial (cf. Helleland 2018, 22-7).

3.1 Topônimo, monumento e documento

Além da questão do nome de lugar como patrimônio cultural, gostaríamos de focar a discussão também em outros dois eixos: documento e monumento, já que o topônimo pode e deve ser assim encarado. Trazemos Jacques Le Goff (1990 [1924]) como autor referência, pois discute alguns pontos que nos parecem imprescindíveis ao entendimento do tema e à nossa argumentação. Para ele, a escrita aparece desde cedo, quando ainda ligada à epigrafia em pedra, como «suporte a uma sobrecarga de memória», configurando-se como «arquivos de pedra» (cf. Le Goff 1990 [1924], 432). E afirma: «[...] todo documento [tem] em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta» (1990 [1924], 433).

Para o autor, a história nada mais é que a forma científica da memória coletiva. A ambas «[...] aplicam-se dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos» (Le Goff 1990 [1924], 535). Sua própria definição e rememoração filológica de monumento faz com que encontremos pontos de contato entre ele e o topônimo:

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa «fazer recordar», de onde «avisar», «iluminar», «instruir». O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...] (Le Goff 1990 [1924], 536).

Na medida em que uma das muitas dimensões do topônimo permite «evocar o passado» e «perpetuar a recordação», nos é lícito considerá-lo um monumento. O nome de lugar também pode ser considerado um documento. Le Goff igualmente recorre à etimologia para definir o termo, lembrando que *documentum* provém de *docere* «ensinar», evoluindo, com o passar do tempo, seu significado para o que

hoje se reconhece, até em termos jurídicos, como «expressão da verdade» no sentido de prova de um fato (cf. Le Goff 1990 [1924], 536). Le Goff ainda menciona que a visão positivista considera documento=texto (fato sobre o qual discorre longamente ao citar o «triunfo» do documento³) e que durante o século XIX o termo *monumenta* assumiu um caráter de «coleção de documentos», citando várias obras do gênero.

Documento ou monumento, o topônimo é herança imaterial cultural nem sempre assim reconhecido. Tal carência de reconhecimento se dá por e também conduz à falta de políticas públicas de proteção ao nome e é por esse motivo que apagamentos indiscriminados ocorrem em maior ou menor grau.

Como postulava Dauzat (1926), hidrônimos e orônimos são menos sujeitos a esse tipo de apagamento por causa da perenidade característica dessas entidades geográficas. Quando há a transposição para a hodonímia, contudo, os apagamentos são sucessivos sobretudo em meios urbanos, fazendo das cidades verdadeiros palimpsestos compostos por várias camadas toponímicas.

4. A desmonumentalização do topônimo: substituições

Se anteriormente ao século XVIII o que comumente se via nas denominações de uma cidade eram nomes essencialmente relativos à descrição topográfica cuja função era a localização espacial (cf. Azaryahu 1996, 313), a moda introduzida em Paris muito rapidamente espalhou-se por outras cidades e assumiu novas dimensões:

The modern practice of bestowing nonlocal names was introduced in Paris with the construction of the Place de l’Odeon in 1779. Later on political, administrative, and urban agendas converged in the formal subjugation of street names in general, and the naming procedure in particular, to official control. A direct and significant result of this was that the traditional linkage between the name and the local topography or the local history of the street was severed. (Azaryahu 1996, 313)

No século XVIII, as modestas dimensões de São Paulo ainda não admitiam impactos dessa natureza. Estes foram sentidos inicialmente em princípios do século XIX, com as substituições de nomes da diminuta urbe quando da chegada da família real portuguesa, em 1808, em fuga das invasões napoleônicas. Os topônimos espontâneos e referenciais, que desenhavam sua paisagem e serviam aos fins de locomoção dos habitantes até então e tinham nomes como Rua da Cruz Preta, Rua do Rosário, Travessa do Jogo da Bola⁴ cederam lugar aos primeiros topônimos

³ Remetemos o leitor à crítica de Le Goff a Fustel de Coulanges e a outros autores na página 536 da referida obra.

⁴ Várias camadas denominativas, todas espontâneas, sucedem-se na documentação e são apontadas por Dick (1997, 262 e seguintes), de forma palimpséstica. A Rua do Jogo da Bola também aparece registrada como Rua do Ferrador e Rua do Cangalheiro, nomes ligados a atividades profissionais; Rua da Sinhá-Paneleira, em referência a uma figura muito conhecida do comércio local no passado; e Rua de São Francisco. Já a Rua da Cruz Preta, antes de ser Rua do Príncipe e Quintino Bocaiúva, também foi conhecida pelo nome Rua do Cônego Thomé Pinto Guedes, uma forma antroponímica que difere da comemorativa por referir-se a um morador muito conhecido.

comemorativos (ou de homenagem) com fins políticos (cf. Dick 1997, 257), tornando-se, respectivamente, no já citado ano de 1808, Rua do Príncipe, Rua da Imperatriz e Rua da Princesa, e sendo alvo de nova substituição com a chegada da República. Assumiram, na mesma sequência, os nomes Rua Quintino Bocaiúva, Rua 15 de Novembro e Rua Benjamin Constant, todos relacionados à nova ordem política.

Durante o século XX, o crescimento da cidade foi explosivo e desorganizado, acelerando-se até converter-se em «metrópole tentacular do segundo quartel do século XX» (cf. Azevedo 1958, 8), atingindo proporções gigantescas a partir dos anos 1970. Denominações repetidas levaram a inúmeras substituições e à adoção de um banco de nomes para facultar opções denominativas (cf. Dicionário de Ruas 2021, no item Banco de Nomes). Barreiras para a expansão urbana, rios, córregos e ribeiros de porte e extensão relativos foram encobertos e cederam lugar a novas vias, a partir dos anos 1920, cujo aumento em número foi impulsionado, em grande parte, pela expansão da indústria automobilística e pelo consequente incremento no número de automóveis.

Com isso, é de compreender que não apenas a cidade, mas também os meios urbanos da Região Metropolitana de São Paulo apresentam casos particulares de apagamento toponímico que podemos considerar «parcelado», pois ocorre paulatinamente em decorrência de motivos vários. Trata-se de hidrônimos canalizados e encobertos das vistas da população, a qual desconhece completamente a presença de cursos de água correndo sob seus pés.

Muitos desses hidrônimos, por artifícios de referencialidade, tiveram seus nomes transmitidos às vias que os encobrem. Conquanto a população desconheça sua presença, a manutenção do nome no hodônimo possibilita a recuperação desse fato ambiental passado. Trucada, a memória do nome se mantém, embora ligada a outro referente geográfico que não o original. Vem, aí, o «apagamento parcelado»: após o apagamento do próprio hidrônimo do cotidiano (e da memória) do grupo sobrevém a destruição do nome de lugar em si, o qual ainda subsistia em um hodônimo – a amnésia do topônimo. Se não este não constar em registros escritos, perecerá e jamais poderá ser recuperado.

A dinâmica desse apagamento é distinta da que vem atrelada a certos tipos de substituições toponímicas, mas ambas remetem ao processo de desmonumentalização, termo ligado diretamente à prática da derrubada de monumentos, sobretudo os ligados a períodos colonialistas ou de regimes ideológicos passados.

Ao afirmar que o topônimo é um monumento é possível admitir uma prática similar de desmonumentalização quando ocorre a substituição de nomes de lugares que refletem valores ideológicos ultrapassados ou personalidades ligadas a movimentos colonialistas, escravocratas ou qualquer outro fato considerado inadequado à ética do século XXI. Do mesmo modo, o topônimo é similar aos «arquivos de pedra» – lembremo-nos que Leite de Vasconcelos (1931, 312) definia o topônimo como sentinela do passado, em sentido similar ao apontado pelo monumento definido por Le Goff (1990 [1924], 535), ao afirmar que «[...] os nomes

lá ficam muitas vezes, como marcos esquecidos, como sentinelas do passado, a revelar grande número de fatos que de outro modo nos seriam inteiramente desconhecidos» (Vasconcelos 1931, 312). A tradicional concepção de monumento tem recebido, nos últimos anos, maior elasticidade ao aplicar-se também como verbo (*monumentalizar*) e em novas formas nominais (*monumentalização e desmonumentalização*).

Nas palavras de Pippidi (2000, 8), o topônimo é «uma versão mais barata de uma estátua», ao referir-se em particular às placas de identificação em meio urbano. Emblematicamente, o topônimo equivale a qualquer outro símbolo quando está ligado a determinada visão político-partidária. Mas, em termos mais amplos e gerais, o topônimo pode ser considerado um símbolo tanto quanto qualquer monumento, embora também possa operar como ícone (cf. Dick 1990, 17). Assim, podemos também estender o termo *desmonumentalização* ao topônimo especialmente em contextos urbanos e aplicado a elementos de natureza antropocultural, sobretudo vias, praças e outros logradouros públicos.

5. Substituição toponímica e esquecimento paulatino

Como já vem sendo levantado e reportado ao longo dos anos pelo projeto *Memória Toponímica de São Paulo, bairro a bairro* (ativo entre 2008 e 2019, com várias fases concluídas, e atualmente convertido no projeto *Memória Toponímica de São Paulo e de outros espaços*, em andamento desde 2020), a toponímia espontânea oral e paralela ou não oficializada tende a desaparecer, em caso de substituição, pouco a pouco. Raros são os casos como o Largo da Batata, zona Oeste paulistana, oficializado em 2012 (cf. Lei nº: 15.615, de 06/07/2012) após 93 anos presente na oralidade em memória do extinto mercado a céu aberto, predecessor do Mercado Municipal de Pinheiros.

Se, por um lado, os hidrônimos tendem a manter sua denominação e costumam ser ótimas fontes para a captação e estudo de fenômenos linguísticos, por outro lado São Paulo dispõe apenas parcialmente desse patrimônio. Tal fato se dá pelo motivo já apontado de canalização e cobertura desses corpos de água. Antes desse processo acelerado no século XIX, «[...] a cidade era rodeada por rios e atravessada por córregos de águas cristalinas, mas também lodosas e misturadas aos despejos das águas servidas» (Sant'Anna 2007, 27). Ao contrário de muitas outras cidades brasileiras, São Paulo retirou sua subsistência durante vários séculos de seus rios, sobretudo os de grande porte como o Tietê, o Tamanduateí e o Pinheiros, além do histórico Anhangabaú. A importância das águas era tal que muitos de seus bairros e grandes avenidas ainda levam os seus nomes:

No final do século XIX, na medida em que a zona urbana se expandia, riachos dos arrabaldes da cidade deram nomes a diversos bairros, tais como Água Branca, Tatuapé, Ipiranga, Lavapés, Barro Branco, Iguatemi, etc. Antes disso, entretanto, várias regiões paulistanas já possuíam nomes relacionados às águas e à atividade pesqueira: Pari, por exemplo, era o nome de uma técnica de pesca, definindo um conjunto de varas utilizado pelos indígenas para pescar certos tipos de peixe; Lavapés referia-se a um córrego que servia de pouso provisório, possibilitando o descanso e a lavagem dos pés de viajantes vindos de Santos; Pacaembu remetia ao «córrego das pacas» [...] (Sant'Anna 2007, 31).

Seja por medidas higienistas⁵ ou econômicas, o fato é que «Antes de serem soterrados, cerca de 1.500 córregos e ribeirões ligados ao Tietê abasteciam a vila» (Sant'Anna 2007, 35). Muitos desses topônimos que foram sepultados com os corpos de água que identificavam poderiam recuperar traços da paisagem, de modos de vida e de olhares que com eles foram igualmente enterrados. Alguns, de maior vulto ou porque ainda possuem parte de seu curso a céu aberto, ainda emprestam seus nomes a vias (embora parcialmente), como os córregos (e rios) Aricanduva, Pirajuçara, Tatuapé, Ipiranga, Tamanduateí, entre muitos outros. Contudo, numerosos cursos de água desapareceram completamente no processo de canalização e soterramento, pois denominações escolhidas para a substituição alteram o padrão de denominação. É o caso do Itororó paulistano, ora referido como córrego, ora como ribeirão.

Itororó é topônimo frequente no Brasil, às vezes registrando a variante Tororó. Nas cantigas de roda infantis brasileiras, expressão cultural e folclórica ainda em voga, canta-se: «Fui no Tororó / beber água, não achei / achei linda morena que no Tororó deixei»⁶. O Itororó paulistano desagua no Ribeirão Anhangabaú e localiza-se em um dos muitos vales da cidade «[...] que permaneciam intactos na São Paulo que não parava de crescer» (Feldman 2017, 11). No mesmo processo de translação toponímica, em um processo similar ao que Stewart (1954, 9) denomina *shift names*, a cartografia do início do século XX (São Paulo 1929) acusa a Rua Itororó. O Dicionário de Ruas (2021) esclarece que «Com a abertura de diversas ruas nesta região, a partir de 1900, surgiu a Rua Itororó, entre as atuais Ruas Condessa de São Joaquim e Pedroso».

O Itororó faz parte da Bacia do Anhangabaú, correndo paralelamente ao Ribeirão Anhangabaú e atravessando toda a região baixa do bairro Liberdade. A proximidade da nova rua com o córrego fez com que a escolha da denominação fosse puramente associativa. No vale, foi aberta e começou a receber trânsito apenas na década de 1960 a Avenida 23 de Maio, cujas obras iniciaram muito mais cedo. Ainda segundo o Dicionário de Ruas, a nova avenida receberia, em projeto, a denominação Avenida Itororó: «Em 1928, através da Lei nº 3.209 de 31 de Julho, o então prefeito J. Pires do Rio aprovava um novo projeto para a então «Av. Itororó» desde a Rua João Julião e até a Rua Paraíso».

O traçado foi conhecido, ainda, pelo nome Avenida Anhangabaú: «Entre as décadas de 1930 e 1940, a via passou a ser conhecida como «Av. Anhangabaú», entendida que foi como um prolongamento do «Parque do Anhangabaú»» (cf. Dicionário de Ruas 2021).

⁵ Segundo a mesma autora, Sant'Anna, «[...] as propostas de realizar retificações, drenagens e canalizações se intensificaram com o começo da República. Desde então, houve, igualmente, o aumento de propostas para a construção de hidrelétricas e estações de tratamento da água. [...] [Essas intervenções modificaram] [...] profundamente os usos das águas e a paisagem urbana» (Sant'Anna 2007, 35).

⁶ Para Mattos (2017, 146), a canção «Fui no Itororó» (ou Tororó) remete diretamente a uma cantiga de roda tradicional portuguesa, inclusive pela composição métrica: «Adeus, ó Ameixal, / Quando me mandas dizer / De um amor que lá deixei, / Quando o tornarei a ver».

Itororó, nome descritivo que significa «jorro de água»⁷, iria desaparecer por completo se não fosse o conjunto arquitetônico Vila Itororó (cf. Feldman 2017), atualmente sendo recuperado após longo período em decadência. Embora o topônimo tenha sido mantido indiretamente, o desconhecimento que há um curso de água sob a grande avenida é generalizado.

Afinal, o topônimo atual, 23 de Maio, é comemorativo e se impôs com uma justificativa claramente analisável sob a égide da Toponímia Crítica, em que o topônimo serve de emblema a determinado viés político e convém para fortalecer uma narrativa. O Dicionário de Ruas (2021) registra:

O topônimo definitivo Avenida 23 de Maio foi proposto em 1954 [...]. Na Justificativa que acompanhava o projeto consta o seguinte: «A grande data de 23 de maio de 1932, que marcou a reconquista da autonomia paulista em face da ditadura, ainda não tem na cidade a justa comemoração nas placas de uma rua, avenida ou praça. [...] A Avenida 23 de Maio ficará muito bem ao lado de sua irmã gêmea, a Avenida 9 de Julho, formando com um vértice na Praça das Bandeiras, um V que alto falará à alma paulista, simbolizando a vitória de São Paulo». Discutido novamente na sessão do dia 10/05/1954, o projeto transformou-se na Lei nº 4.473 de 22 de maio de 1954 (Dicionário de Ruas 2021).

Podemos dizer, então, que Itororó ilustra um apagamento «parcelado». Após encoberto o córrego, o nome ainda permaneceu um tempo vinculado à via e teria sido perpetuado se escolhido para a grande via, e apenas sobrevive, a custo, na Vila Itororó, mas tão desvinculado da fragmentária memória coletiva paulistana que dificilmente é recuperado sem o apoio de documentação específica.

O apagamento pode ser total, contudo, após um breve período de permanência. Foi o que ocorreu com a Ponte Pequena, assim denominada em oposição à Ponte Grande, a primeira a transpor o Rio Tietê, portadora de diversos nomes (cf. Lima & Carvalhinhos, 2018). A Ponte Grande, de madeira, foi substituída pela concretada Ponte das Bandeiras (atual Ponte das Bandeiras - Senador Romeu Tuma, também objeto de estudo no texto referido).

A denominação Ponte Pequena ficou registrada, durante um tempo, em uma estação de metrô. Embora atualmente seja difícil encontrar um documento oficial contendo a divisão da cidade de São Paulo por bairros, Ponte Pequena é um bairro de São Paulo que aparece informalmente em pesquisas cartográficas, como em visualizadores de mapas. O topônimo Ponte Pequena esteve atrelado ao hodônimo que ficava localizado na região centro-norte do município, no distrito conhecido como Bom Retiro.

Embora seja um nome secular, Ponte Pequena aparece vinculado somente a uma referência, a Estação de Transbordo Ponte Pequena, local onde a Prefeitura de São Paulo promove, entre outros serviços, a cremação de animais mortos (São Paulo, 2021). Nos anos 1970, uma das estações de metrô da Linha 1-Azul, na região centro-norte, foi inicialmente denominada Ponte Pequena. Mas, pouco a pouco o topônimo Ponte Pequena – que parecia protegido por haver-se projetado em outro

⁷ O topônimo provém da língua nativa tupi 'Y TOROROM(a) e significa 'jorro d'água' – por extensão, fonte, bica (cf. Navarro 2013, 576).

genérico, uma estação – perdeu força entre os paulistanos. A troca foi encarada como uma “Tradição que cai”, título que encabeçou a seguinte nota (O Estado de São Paulo, 1985):

Ponte Pequena é um nome incorporado à cidade. Faz parte de sua história e tradição. Havia duas pontes: a pequena, sobre o Tamanduateí; e a grande, a atual ponte das Bandeiras, acima do Tietê. Ambas foram construídas no tempo do Brasil Colônia. A ponte Grande, ou das Bandeiras, foi erguida pelos jesuítas.

A Pequena situa-se na confluência de três bairros (Luz, Ponte Pequena e Coroa). A denominação bairro da Coroa surgiu, muito provavelmente, pela conformação dos alagados do rio Tietê que existiam – e ainda existem – em grande número. O nome ponte Pequena surgiu por oposição a ponte Grande.

Havia um extenso caminho (aterrado) desde o mosteiro da Luz até Santana. E as duas pontes eram parte desse caminho. O nome ponte Pequena está diretamente relacionado a sua largura estreita. Na região, há uma igreja dos armênios (igreja São Jorge dos Armênios) que, geograficamente, está muito mais próxima da estação Tiradentes do Metrô que da ex-Ponte Pequena. Se o secretário dos Negócios Metropolitanos, Almino Afonso, que não é paulista de nascimento, quisesse fazer realmente “justiça” teria de modificar o nome da estação Tiradentes. Mas preferiu enfrentar menos problemas às vésperas da eleição, alterando o nome da estação Ponte Pequena. (O Estado de São Paulo, 1985, 9)

A homenagem à comunidade armênia estabelecida no bairro levou à substituição do específico Ponte Pequena por Armênia. Notícias da mesma publicação (O Estado de São Paulo) do dia seguinte à troca do nome ocorrida em 12 de novembro de 1985, relatam o fato de modo a perceber o que a Toponímia Crítica analisa como escolher uma versão da história para ser relatada às gerações futuras. Por força de um lobby político realizado à época por Simão Kerimian, relações-públicas do Conselho da Igreja Apostólica Armênia do Brasil (e suplente de Deputado Estadual do partido que estava na situação, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), uma promessa foi arrancada ao Senador Franco Montoro, que, mais tarde, como governador do estado de São Paulo, a cumpriu ao efetivar a troca da denominação (cf. Kerimian 1998).

As duas denominações mostram momentos distintos da vida da cidade. A grande lástima, em nossa opinião, é que em uma cidade tão grande seja preciso apagar a memória ligada à vida passada para inscrever uma nova história. A homenagem e a intenção de reparar uma “injustiça histórica”⁸ parecem deslocadas não pela carência de merecimento dos homenageados, mas porque as ofensas e as perseguições a eles perpetradas não foram cometidas pela cidade e pelo povo de São Paulo, mas sim pelo extinto império otomano. Os dois trechos destacados do referido periódico evidenciam que acordos políticos presidiram esta substituição

⁸ Notícia do dia 13 de novembro de 1985 relata a campanha de Fernando Henrique Cardoso à Prefeitura de São Paulo. Um de seus compromissos foi, justamente, participar da solenidade de troca de denominação da Estação Ponte Pequena: “A região possui muitos comerciantes e industriais da Armênia, e, corrigindo uma “injustiça histórica”, o secretário de Negócios Metropolitanos, Almino Afonso, mandou trocar o nome do local para “Estação Armênia”.

em particular, mecanismo que se repete e se perpetua nos modos de produção toponímica urbana de São Paulo.

São poucos os habitantes que se recordam da Estação Ponte Pequena. A nova geração desconhece a denominação. Por influência da relevância e visibilidade da estação, o bairro também é comumente referido como Armênia. Igualmente ao topônimo Itororó, Ponte Pequena está desvinculado da memória paulistana e praticamente perdido.

Esforços de recuperação de nomes existem, às vezes, mas nem sempre conseguem preencher a lacuna criada pela obliteração do topônimo. Um exemplo é o conjunto identificado como Passarelas do Piques, cujo específico foi devolvido à cidade em 1988, após uma ausência de várias décadas, pelo então Prefeito Jânio Quadros.

A denominação Piques, segundo Dick (1997, 216-217), quem busca em Nuto Sant'Anna, Cursino de Moura e, indiretamente, Freitas a explicação para o topônimo, remeterá inapelavelmente à topografia verticalizada da região, discordando de Nuto Sant'Anna (quem considera o topônimo deantroponímico) e concordando com Cursino de Moura, quem, citado por ela, afirma que «[...] a pique eram todas as ladeiras em volta, toda a encosta». O Piques estendeu-se, também, ao Paredão e ao obelisco comemorativo:

Ora, o pique da ladeira tinha também o seu paredão, a rua que dele sai tomando-lhe o nome, no ponto onde está o Obelisco ou a Pirâmide, monumento datado de 1814, em homenagem ao término do governo provisório do bispo D. Matheus de Abreu Pereira, do ouvidor D. Nuno Eugênio de Lossio e Scilbz e do chefe de esquadra Miguel José de Oliveira Pinto; ainda caberia, em torno de uma explicação para o monumento, a comemoração do término, nesse ano, da seca que castigara bastante a região. [...] (Dick 1997, 217).

Seja o motivo deantroponímico – Benedito Lima de Toledo (1969) concorda com essa hipótese e faz um longo estudo sobre a família Piques, estabelecida na região homônima no século XVIII – ou geomorfológico, as atuais Passarelas do Piques não dizem nada à memória dos paulistanos em termos de conotação, ainda que denotativamente o urbanônimo cumpra suas funções e não obstante a intenção fosse recuperar o topônimo:

Embora a inauguração de ontem [9 de julho de 1988] tenha sido a primeira das chamadas obras especiais do Prefeito Jânio Quadros a ficar pronta, ele não compareceu ao ato. Limitou-se, na véspera, a assinar decreto dando à obra o nome de «Passarela do Piques», relembrando o largo do Piques, que existiu nos baixos da ladeira da Memória, e onde até 1890 se encontravam as tropas de burros cargueiros e as tendas dos ferradores. Era dali, verdadeiro porto seco, que saíam as tropas para o sertão, levando alimentos, mercadorias, e conta que também foi o ponto de algumas das últimas «bandeiras» paulistas (O Estado De São Paulo 1988, 16).

Como fica evidente, o histórico do topônimo Itororó, em São Paulo, ilustra que não é possível recuperar um topônimo após seu apagamento total. Instituiu-se novamente a criação da cadeia de memória, em novo lugar, sendo impossível adicionar as memórias antigas às atuais sem o uso de documentação.

6. Arrazoado final

Um desafio que se propõe, após estas palavras iniciais sobre a necessidade de se considerar o topônimo um patrimônio imaterial sob pena de perda irreversível de dados línguoculturais, é analisar casos de apagamento em curso, o que não tivemos como objetivo nesta oportunidade. Somente na cidade de São Paulo há de ser muitos, uma vez que a atividade da Câmara Municipal para denominar logradouros é célere e profícua. Haja vista, também, outros processos que vêm engrossando a mudança nos topônimos paulistanos, tais como o uso de hífen para a criação de específicos com dois núcleos semânticos (cf. Lima & Carvalhinhos 2018).

Seja como for, o nome de lugar é e deve ser considerado patrimônio imaterial enquanto parte da língua, e ainda mais pelas suas peculiaridades que permitem a conservação, por longos tempos, de traços semânticos, fonéticos, sintáticos, entre outros. Por outro lado, urge deitar um olhar sob os auspícios da Toponímia Crítica na toponímia urbana brasileira, longa caminhada que já iniciamos com algumas produções (cf. Carvalhinhos, Lima-Hernandes e Lima 2018; Carvalhinhos & Lima-Hernandes 2022). O olhar crítico para interpretar as substituições toponímicas será valioso para comprovar os mecanismos subjacentes nas intenções dos denominadores em sincronia e também para promover a causa do topônimo-monumento, patrimônio atualmente desprotegido na legislação brasileira (salvo alguns casos muito restritos).

Referências

- AZARYAHU, Maoz. 1996. «The Power of Commemorative Street Names.» *Environment and Planning D: Society and Space* 14 (3), 311-330.
<<https://doi.org/10.1068/d140311>>
- AZARYAHU, Maoz. 2009. «Naming the Past: The Significance of Commemorative Street Names.» In *Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming*, ed. Berg, Lawrence & Jani Vuolteenaho (ed.), Farnham: Ashgate.
- AZARYAHU, Maoz. 2012. «Renaming the past in post-Nazi Germany: insights into the politics of street naming in Mannheim and Potsdam.» *Cultural Geographies* 19 (3), 385-400.
<<https://doi.org/10.1177/1474474011427267>>
- AZEVEDO, Aroldo de. 1958. *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CARVALHINHOS, Patrícia & Maria Célia Lima-Hernandes. 2022. «Conservare ut Meminisse. Os limites do politicamente correto nas ruas de São Paulo.» In *História do Português Paulista: Estudos - 6*. Série Trilhas Linguísticas n. 33, ed. Berlinck, Rosane de Andrade & Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, 315-354. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora.
<<https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-trilhas-linguisticas-n33---e-book.pdf>>
- CARVALHINHOS, Patrícia, Maria Célia Lima-Hernandes & Adriana Lima. 2018. «The ideological function in names of public spaces in the city of Sao Paulo, Brazil.» *Onomastica Uralica* 14, 93-110.
- COATES, Richard. 2017. «The meaning of names: A response in defense of The Pragmatic Theory of Properhood (TPTP) addressed to Van Langendonck, Anderson, Colman and McClure.» *Onoma* 52, 7-26.
<<https://doi.org/10.34158/ONOMA.52/2017/1>>

- DAUZAT, Albert. 1926. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave.
- DICIONÁRIO DE RUAS. 2021. «Avenida 23 de Maio.» *Pesquisa de logradouros*. <<https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/avenida-vingte-e-tres-de-maio>>
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. 1997. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)*. São Paulo: Annablume.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. 1990. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2ª Ed. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- FELDMAN, Sarah. 2017. *Vila Itororó: uma história em três atos*. São Paulo: Instituto Pedra.
- HELLELAND, Boltov. 2018. «Geographical Names as Cultural Heritage.» In *Toponymy Training Manual*, ed. United Nations Group of Experts on Geographical Names (UNGEGN). <<https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/UNGEGN/docs/CHAPTER%2022.pdf>>
- HOUGH, Carole (ed.). 2016. *The Oxford Handbook of Names and Naming*. Oxford: Oxford University Press.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2021. «São Paulo.» In *IBGE cidades*. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>
- INTERNATIONAL BRECHT SOCIETY. 1980. *Bertolt Brecht: Political Theory and Literary Practice*. Manchester: Manchester University Press
- JAYO, Martín & Adriana Lima. 2021. «Toponymic commodification and the neoliberal city: on the sale of naming rights for São Paulo's subway stations.» *Domínios de Linguagem* 15 (2), 347-370. <<https://doi.org/10.14393/dl46-v15n2a2021-4>>
- KERIMIAN, Nubar. 1998. *Massacres de armênios*. São Paulo: Comunidade da Igreja Apostólica Armênia no Brasil.
- KUNDERA, Milan. 1978. *Le livre du rire et de l'oubli*. Trad. François Kérel. Paris: Éditions Gallimard.
- LE GOFF, Jacques. 1990 [1924]. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP.
- LIGHT, Duncan & Craig Young. 2015. «Toponymy as Commodity: Exploring the Economic Dimensions of Urban Place Names.» *International Journal of Urban and Regional Research* 39, 435-450. <<https://doi.org/10.1111/1468-2427.12153>>
- LIGHT, Duncan, Ion Nicolae & Bogdan Suditu. 2002. «Toponymy and the Communist City: Street Names in Bucharest, 1948-1965.» *GeoJournal* 56(2), 135-144.
- LIMA, Adriana & Patricia Carvalhinhos. 2018. «Toponymic Inflation: When the Politics Dilates Names. The Bridges of Sao Paulo (Sao Paulo, Brazil).» *Onomastica Uralica* 12, 405-414.
- MÁCHA, Přemysl, Horst Lassak & Luděk Krtička. 2018. «City Divided: Place Names and Nationalism in the Czech-Polish Borderlands.» *Annals of the Austrian Geographical Society* 160, 303-329. <<https://doi.org/10.1553/moegg160s303>>
- MADDEN, David J. 2017. «Pushed off the map: toponymy and the politics of place in New York City.» *Urban Studies* 55 (8), 1599-1614. <<https://doi.org/10.1177/0042098017700588>>
- MATTOS, Ricardo Mendes. 2017. «A poesia oral infantil brasileira e o cancionário popular português.» *RE-UNIR* 4 (2), 128-149.
- MC CARTY, Rosaleen A., Jonathan J. Evans, Jonathan & John R. Hodges. 1996. «Topographic amnesia: spatial memory disorder, perceptual dysfunction, or category specific semantic impairment?» *Journal of Neurology, Neurosurgery, and Psychiatry* 60, 318-325. <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1073857/>>
- NYSTRÖM, Staffan. 2016. «Names and Meaning.» In *The Oxford Handbook of Names and Naming*, ed. Hough, Carole, 39-51, Oxford: Oxford University

- Press.
- RICHARD, Marc. 2009. «Spirit of place and the act of naming – restoring the fascination of geography.» In *Other toponymic issues*, Working paper 60(b), ed. United Nations Group of Experts on Geographical Names, 1-6. <<https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungegn/docs/25th-gegn-docs/wp%20papers/wp60b-spirit%20of%20place-canada.pdf>>
- SÃO PAULO (ESTADO) & DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO. 1929. *Planta da cidade de São Paulo*, folha 1, escala 1:5.000, São Paulo. <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart173928/cart173928.pdf>
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. 2007. *Cidade das Águas. Usos de rios, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo. Ed. Senac.
- DE STEFANI, Elwys. 2016. «Names and Discourse.» In *The Oxford Handbook of Names and Naming*, ed. Hough, Carole, 52-66, Oxford: Oxford University Press.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. 1985. «Cardoso desfila pelas ruas vazias de Perus.» In *Caderno Geral* 9, 13.11.1985. <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#/1/19851113-33959-nac-0009-999-9-not/busca/esta%C3%A7%C3%A3o+Ponte+Pequena>>
- O ESTADO DE SÃO PAULO. 1988. «Avenidas têm novas passarelas.» In *Caderno Geral* 16, 10.7.1988. <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#/1/19880710-34777-nac-0016-999-16-not/busca/passarela>>
- PALONEN, Emilia. 2008. «The City-Text in Post-Communist Budapest: Street Names, Memorials, and the Politics of Commemoration.» *GeoJournal* 73 (3), 219-230. <<https://doi.org/10.1007/s10708-008-9204-2>>
- PIPPIDI, Andrei. 2000. *Despre Statui și Morminte: Pentru o teorie a istoriei simbolice*. Iași: Editura Polirom.
- ROSE-REDWOOD, Reuben, Maral Sotoudehnia & Eliot Tretter. 2019. «Turn your brand into a destination: toponymic commodification and the branding of place in Dubai and Winnipeg.» *Urban Geography* 40 (6), 846–869. <<https://doi.org/10.1080/02723638.2018.1511191>>
- ROSE-REDWOOD, Reuben, Derek Alderman & Maoz Azaryahu. 2009. «Geographies of Toponymic Inscription: New Directions in Critical Place-Name Studies.» *Progress in Human Geography* 34 (4), 453-470. <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309132509351042>>
- SÃO PAULO (MUNICÍPIO) & SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. 7.1.2020. «Prefeitura oferece cremação de animais de estimação mortos.» <<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-oferece-cremacao-de-animais-de-estimacao-mortos>>
- STEWART, George R. 1954. «A Classification of Place Names.» *Names* 2(1), 1-13. <<https://doi.org/10.1179/nam.1954.2.1.1>>
- TOLEDO, Benedito Lima de. 1969. «Família Piques deu nome à região.» In *Estado de São Paulo*, 28.2.1969, 41. <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#/1/19690228-28800-nac-0041-tur-3-not/busca/Piques>>
- VAN LANGENDONCK, Willy & Mark Van De Velde. 2016. «Names and Grammar.» In *The Oxford Handbook of Names and Naming*, ed. Hough, Carole, 17-38, Oxford: Oxford University Press.
- VASCONCELOS, José Leite de. 1931. *Opúsculos*, vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ZELINSKY, Wilbur. 2002. «Slouching toward a theory of names: a tentative taxonomic fix.» *Names* 50, 243-62. <<https://doi.org/10.1179/nam.2002.50.4.243>>
- ZELINSKY, Wilbur. 1997. «Along the frontiers of name geography.» *Professional Geographer* 49, 465-666. <<https://doi.org/10.1111/0033-0124.00092>>

Resumo

Tendo como objeto a cidade de São Paulo, Brasil, este artigo explora como a substituição de topônimos conduz à perda da memória toponímica ocasionada pela desmonumentalização do topônimo, ou, como preferimos chamar, uma espécie de topoamnésia, apagando histórias que poderiam ser contadas às gerações futuras. Interpretamos, tendo a Toponímia Crítica como mote, alguns casos pontuais de substituições toponímicas em urbanônimos dentro do município. Os resultados apontam para o apagamento parcial ou total de antigas denominações após determinado lapso de tempo e para a necessidade de se elaborarem políticas de proteção ao topônimo, herança cultural imaterial.

Abstract

Focusing on the city of São Paulo, Brazil, this paper explores how the substitution of toponyms leads to the loss of toponymic memory caused by the demonumentalization of the toponym, or, as we prefer to call it, a kind of topoamnesia, erasing stories that could be told to future generations. We interpret, with Critical Toponymy as a motto, some specific cases of toponym substitutions in urbanonyms within the municipality. The results point to the partial or total erasing of old place names after a certain lapse of time, and to the need to develop policies to protect toponyms, intangible cultural heritage.